

Alexandre Mansur Barata
Gisele Ambrósio Gomes

Imprensa, política e gênero

Publicado em São João del-Rei entre 1829 e 1832, o periódico *O Mentor das Brasileiras* constituiu uma das primeiras tentativas de transformar, por meio da imprensa, as mulheres em interlocutoras nos debates sobre educação, política e moralidade que mobilizavam a sociedade brasileira oitocentista.

> Durante o Primeiro Reinado e no tempo das Regências, a Província de Minas Gerais foi tomada por uma atmosfera de intenso debate político. Em meio às disputas entre diferentes projetos de construção do Estado Nacional, é perceptível o surgimento de novos espaços de sociabilidade, formais ou informais, fato que associado ao crescimento da imprensa constituía um ambiente propício à discussão, ao debate, à crítica, à conversação, à ação política.

Contrariando certa visão, por muito tempo predominante, de que o fim da exploração aurífera havia gerado uma sociedade estagnada e decadentista nas Minas Gerais, o que se percebe no decorrer da primeira metade do século XIX é um dinamismo da vida social na província, particularmente, nas vilas e povoados pertencentes à Comarca do Rio das Mortes, que tinha São João del-Rei como sede jurídico-administrativa. Na virada do século XVIII para o século XIX, verificou-se um

[...] processo substantivo de migrações internas, com fluxos direcionados desde os núcleos mineradores originais, na Comarca de Ouro Preto, especialmente, para a Comarca do Rio das Mortes. Mesmo não sendo São João [del-Rei] o destino fundamental desses fluxos, a dinamização do Sul de Minas como um todo refletiria diretamente no crescimento da importância da praça comercial de São João, o que se dá com mais força em particular depois da vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, exatamente por contada projeção de suas funções enquanto entreposto na rota de abastecimento da capital.¹

O naturalista inglês Charles Bunbury, que esteve em São João del-Rei em 1835, deixou registradas suas impressões da cidade:

É uma cidade menor que Ouro Preto, porém limpa e melhor construída, as ruas mais largas,

mais regulares e melhor calçadas e as casas de um aspecto bem mais moderno. [...] Uma grande quantidade de ouro foi outrora obtida aqui, mas essa fonte de riqueza há muito tempo está esgotada, apesar de que às vezes ainda se vêem uns poucos dos habitantes mais pobres lavando o cascalho do rio. O comércio desse lugar é considerável, pois fica na estrada real de São Paulo a Ouro Preto, e também numa, se bem que a menos freqüentada, das duas estradas desta última cidade ao Rio.²

Sede jurídico-administrativa da Comarca do Rio das Mortes e importante entreposto comercial, a Vila de São João del-Rei possuía população estimada de 4.939 habitantes entre 1821-1823. Número que chegaria a 7.058 no período entre 1831-1838. De forma comparativa, Ouro Preto possuía 4.901 habitantes entre 1821 e 1823. Já a cidade de Mariana possuía 2.040 habitantes entre 1821-1823 e 2.972 habitantes entre 1831-1838.³

Nas primeiras décadas do século XIX, essa importância político-administrativa e econômica de São João del-Rei também se traduzia numa intensa vida social e cultural, com efeitos que ultrapassavam a própria população da vila. Além do vigor das irmandades religiosas, das agremiações musicais, dos espetáculos na Casa de Ópera que remontam ao século XVIII, era perceptível um maior dinamismo da sociedade sanjoanense. Apenas para exemplificar, em 1827, por iniciativa do político e negociante Baptista Caetano de Almeida, foi criada uma livraria pública, e teve início a impressão do jornal *Astro de Minas*. A partir desse primeiro jornal, a atividade periódica continuou a crescer. Entre 1827 e 1840, foram publicados na Vila de São João del-Rei dez periódicos, a saber: *Astro de Minas* (1827-1839); *O Amigo da Verdade* (1829-1831); *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832); *O Constitucional Mineiro* (1832-1833); *A Constituição em Triunfo* (1833); *A*

Legalidade em Triumpho (1833); *O Papagaio* (1833); *Oposição Constitucional* (1835); *O Monarchista* (1838); *O Americano* (1840).

Embora malograda, outra iniciativa indicadora desse dinamismo foi a tentativa de se formar, em 1827, uma Sociedade Phylopolytechnica, por iniciativa de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, que se constituía como “pacto espontâneo de literatos associados para promoverem a prosperidade literária de cada sócio, da sociedade e da Nação Brasileira”. Formada por um ginásio literário, um gabinete de estudos e uma diretoria, a Phylopolytechnica se dedicaria à discussão científica, ao estudo e leitura de livros e periódicos e à difusão do conhecimento por meio da publicação de uma “pequena folha mensal de extratos, cujo plano é uma compilação simples, e cuja vantagem é anunciar numa tênue, mas universal sinopse a face atual do mundo literário”.⁴

Foi nesse contexto, mais precisamente no ano de 1829, que começou a ser impresso na Vila de São João del-Rei um periódico dirigido ao público feminino intitulado *O Mentor das Brasileiras*. A impressão desse periódico precisa ser analisada num duplo movimento: em primeiro lugar, o papel desempenhado pelo crescimento da imprensa periódica para a ampliação da “esfera pública política”; e, em segundo lugar, as especificidades da chamada imprensa “feminina”.

Imprensa e esfera pública

Como já apontado por vários historiadores, foi em meio às lutas políticas que culminaram na Independência que, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina, a imprensa alcançou um desenvolvimento expressivo. Seja tomada como objeto em si ou como fonte principal para análise de diversas temáticas, a historiografia tem demonstrado o quanto o aumento da edição e circulação de impressos (panfletos, periódicos,

revistas etc.) pode ser considerado como uma das principais formas de discussão pública e do fazer político no início do século XIX. José Murilo de Carvalho, por exemplo, argumenta que no Brasil

Até o início do Segundo Reinado, o debate político concentrava-se na imprensa e na tribuna do Parlamento. [...] A escassez de espaços fazia com que a imprensa assumisse papel primordial, aumentado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência. A imprensa funcionava todos os dias do ano, atingia um público muito mais amplo do que a tribuna e mesmo os clubes [políticos], alcançava outras regiões do país. Não por acaso, os políticos se viam forçados a complementar a tribuna com a imprensa. É bem conhecida a prática comum de políticos e partidos manterem seus próprios jornais, seja para cobrir os períodos de recesso do Congresso, seja para alcançar um público mais amplo. O acesso a esse público era possível pela multiplicação das cópias e pelo uso de uma linguagem distinta daquela permitida na tribuna.⁵

Especificamente, o início da imprensa periódica editada no Brasil remonta a 1808, quando da transferência da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, com a instalação da Imprensa Régia e a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), instrumento principal de divulgação dos atos governativos. Entretanto, seu crescimento e consolidação só se verificaram a partir dos sucessos da Revolução Constitucionalista do Porto (1820). Para isso muito contribuíram os decretos da Junta de Governo revolucionária, em Lisboa, que estabeleciam a liberdade de imprensa e a livre circulação de impressos portugueses fora de Portugal. De modo adicional, mas ao mesmo tempo concorrente às decisões dos revolucionários vintistas, em março de 1821, D. João VI acabou por suspender provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral.⁶



D. Pedro II e as princesas imperiais, D. Francisca e D. Januária, na sala de estudo do Palácio de São Cristóvão. Rio de Janeiro, *circa* 1833. Desenho de Félix Emile Taunay (Montmorency, 1795 – Rio de Janeiro, 1881). In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Acervo Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora.



Retrato de mulher, daguerreótipo, *circa* 1840. Coleção Francisco Rodrigues. In: FREYRE, Gilberto; PONCE DE LEÓN, Fernando; VASQUEZ, Pedro. *O retrato brasileiro: fotografias da Coleção Francisco Rodrigues, 1840-1920*. Rio de Janeiro: Funarte/Núcleo de Fotografia da Fundação Joaquim Nabuco/Departamento de Iconografia, 1983. Acervo Fundação Joaquim Nabuco, Recife.



Rita Cassimira de Paula. Curvelo (MG), *circa* 1850. In: GOULART, Eugênio Marcos (Org.). *Navegando o Rio das Velhas, das minas aos gerais*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas/Projeto Manuelzão – UFMG, 2005. Coleção Heloisa de Paula Pinto, BH.



O mesmo ambiente de leitura e estudo no Segundo Reinado. A Imperatriz D. Teresa Cristina e as princesas imperiais D. Isabel e D. Leopoldina em 1865. In: BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Trad. Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Unesp, 2005. Acervo Biblioteca Nacional, RJ.

Os efeitos dessas medidas puderam ser percebidos rapidamente. No Rio de Janeiro, onde até 1820 se imprimia apenas um periódico, passaram a ser editados no ano de 1821 onze periódicos. Esse número continuaria a crescer. Em 1822, temos, aproximadamente, 17 jornais editados. Em 1823, foram publicados 14 periódicos. Em 1830, 22. Em 1845, 45 e, em 1833, 72 periódicos.⁷

Na Província de Minas Gerais, em 1823, na oficina tipográfica criada em Ouro Preto por Manuel José Barbosa foi impresso o primeiro periódico mineiro: *Compilador Mineiro*. De vida breve, o *Compilador Mineiro* circulou entre outubro de 1823 e janeiro de 1824. Alguns dias depois do seu encerramento, na mesma oficina tipográfica, teve início a impressão do periódico *Abelha do Itaculomy*. No ano seguinte, em 1825, começou a circular *O Universal*, o mais longevo

periódico mineiro do Primeiro Reinado e das Regências. Entre 1823 e 1840, foram identificados 59 títulos: 22 em Ouro Preto; dez em São João del-Rei; oito em Sabará; quatro em Diamantina; três no Serro; três em Caeté; três em Mariana; dois em Barbacena; dois em Pouso Alegre; um em Campanha; e um em Tiradentes. Entre 1823-1831, foram publicados 21 títulos, e durante as Regências foram editados 38.⁸

Como constatado por Luciano Silva Moreira, esses periódicos eram, em sua maioria, de duração breve. Grande parte deles durou apenas um ano. Eram publicações que procuravam fomentar polêmicas. Como característico da imprensa oitocentista, eram muitas vezes publicações de circunstância, normalmente ligadas a um grupo ou liderança política, que objetivavam a divulgação de princípios doutrinários.⁹



Madalena Pinto (cunhada do Alferes Luiz A. Pinto). Minas Gerais, *circa* 1860. Fotografia de Barboza & Cia. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG



Rita Clara Monteiro de Barros de Suckow e Gustavo Adolfo de Suckow. Leopoldina (MG), *circa* 1865. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.



Maria Rita Deniz Barbosa de Lima (mãe do poeta, governador e diretor do Arquivo Público Mineiro Augusto de Lima). Nova Lima, *circa* 1880. Fotografia de Antônio Deniz Barboza. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG



Maria Carolina Souza Leão. Rio de Janeiro, *circa* 1890. In: FREYRE, Gilberto; PONCE DE LEON, Fernando; VASQUEZ, Pedro. *O retrato brasileiro*: fotografias da Coleção Francisco Rodrigues, 1840-1920. Rio de Janeiro: Funarte/Núcleo de Fotografia da Fundação Joaquim Nabuco/Departamento de Iconografia, 1983.

Muitas vezes discutidos publicamente, os periódicos eram, em última instância, uma forma de educação política. Possibilitavam a introdução de novas idéias, vocabulário e práticas políticas. Ou seja, por meio deles, buscava-se interferir, penetrar na chamada “opinião pública”, que, segundo Marco Morel e Mariana Barros:

[...] tratava-se de instituição abstrata, sem fronteiras territoriais demarcadas, mas que se materializava em folhas de papel impresso e obtinha força política considerável nas sociedades que buscavam destruir os valores do Antigo Regime e implantar o espaço das modernas liberdades.¹⁰

Em sua edição de 7 de novembro de 1823, o *Compilador Mineiro*, ao reproduzir um artigo de um periódico francês, ressaltava a importância da imprensa para a afirmação das liberdades públicas e para o combate ao despotismo:

No Século em que os homens se achão tão esclarecidos sobre os seus interesses, e direitos, nada vale a força, que subjuga sendo destituída da razão, que persuade. São os espíritos, que he preciso, convencer, são as consciências, que he preciso reduzir, e a menor bibliotheca he hum intricheiramento, aonde ninguém pode attacallos, e recebem sempre novas forças. O homem, cuja memória deverião execrar

os inimigos das Liberdades publicas foi sem duvida aquelle, que inventou a Imprensa; elle mudou a face do Mundo, he o primeiro, e o maior dos revolucionários. Inúteis diligencias! Não se poderia prohibir a arma da Imprensa, como huma arma occulta; e quando isso se alcançasse, quando mesmo (o que seria fácil) se deixasse o uso dela exclusivo às mãos, que a querem quebrar não seria isso senhão hum efêmero triumpho: seria necessário ir quebralla em Londres, e em todas as Americas. Em quanto houver no Mundo huma só Imprensa, e huma só Tribuna, o poder absoluto não póde contar com cousa nenhuma, e os amigos da Liberdade podem ter sempre esperanças.¹¹

As mulheres e os jornais

Os redatores e editores oitocentistas, em suas pretensões pedagógicas e civilizadoras, vislumbraram também as mulheres como importantes interlocutoras. Segundo Marcello Basile, o século XIX é o marco do processo de “politização do espaço feminino” graças às tentativas de estabelecer a igualdade de direitos entre os sexos, à maior participação feminina em associações, à proliferação de jornais tendo como alvo a mulher e à atuação ativa das mulheres no espaço impresso (jornais, panfletos, folhetins...).¹²

No Brasil, a chamada “imprensa feminina” teve início a partir da segunda década do século XIX. Nesse primeiro

momento predominavam os periódicos dirigidos ao público feminino, redigidos ou editados, contudo, por homens. Podem ser citados dentre outros: *O Espelho Diamantino* (Rio de Janeiro, 1827), *O Mentor das Brasileiras* (São João del-Rei, 1829), *O Espelho das Brasileiras* (Recife, 1831), *A Mulher do Simplicio* (Rio de Janeiro, 1832), *Jornal de Variedades* (Recife, 1835) e *Espelho das Bellas* (Recife, 1841).¹³

A partir da segunda metade do século XIX surgiram periódicos elaborados por mulheres que, dependendo do posicionamento de suas editoras e colaboradoras, assumiam uma pauta mais reivindicativa de direitos: acesso ao trabalho, sufrágio feminino, legalidade do divórcio. Dentre as publicações surgidas nesse período destacam-se: *A Esmeralda* e *O Jasmim*, que surgiram em 1850 no Recife; o *Jornal das Senhoras* e o *Belo Sexo*, que começaram a ser impressos no Rio de Janeiro em 1852 e 1862, respectivamente; *O Sexo Feminino*, editado em Campanha (Minas Gerais) em 1873; *A Família*, criado em 1888, em São Paulo.¹⁴

Representativo da primeira fase da “imprensa feminina”, o periódico *O Mentor das Brasileiras* circulou semanalmente entre 30 de novembro de 1829 e 1º de junho de 1832, totalizando 129 números. Cada exemplar, impresso na tipografia do *Astro de Minas* em formato 14,7 x 19,7 cm, possuía oito páginas, e sua numeração respeitava a ordem estabelecida desde o primeiro número, algo típico da imprensa da época e que favorecia a coleção dos periódicos vendidos por assinatura.¹⁵ Os exemplares avulsos eram vendidos pelo preço de 80 réis, e a assinatura trimestral custava 800 réis. Além de São João del-Rei, sua subscrição poderia ser feita também em Ouro Preto, Campanha, Sabará e no Rio de Janeiro.¹⁶

Algumas pesquisas, baseando-se no fato de que a impressão de *O Mentor das Brasileiras* acontecia nas oficinas do jornal *Astro de Minas*, atribuem sua criação

aos esforços do já referido Baptista Caetano de Almeida ou de pessoas próximas a ele.¹⁷ Todavia, não se sabe ao certo se *O Mentor* tinha um ou mais redatores e quem seriam eles. O recurso ao anonimato, como meio de escapar, sobretudo, às perseguições políticas, era uma prática comum ao periodismo oitocentista. Mônica Yumi Jinzenji identificou pelo menos um deles. Trata-se de José Alcibíades Carneiro, professor de gramática latina que se estabelecera em São João del-Rei em 1828.

Além de professor e redator, ele foi um dos dirigentes da seção local da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, entidade que dava sustentação à facção política dos “liberais moderados”.¹⁸ Segundo Marcello Basile, os liberais moderados adotavam o princípio aristotélico do justo meio, o que se traduzia em termos políticos na recusa tanto do absolutismo quanto da democracia. Além disso, sustentavam que os direitos naturais universais dos indivíduos estavam limitados pelo pacto social. “Defendiam, assim, a prevalência da liberdade privada à pública, da civil à política, da participação restrita e mediada pela representação à direta.”¹⁹

Da mesma forma que o anonimato dificulta a identificação dos redatores de um periódico, outra dificuldade que se apresenta é estabelecer seu público-leitor, sua circulação e recepção. Embora com certa imprecisão, um indicador desse fenômeno é a análise das correspondências recebidas pelos editores e impressas no periódico. No caso de *O Mentor*, pode-se inferir que a sua circulação, além de atingir diversas localidades da Província de Minas Gerais, acabou por ultrapassar esses limites, compreendendo, entre outras localidades, Ouro Preto, Baependi, Campanha, São Paulo e Rio de Janeiro.

Wlamir Silva argumenta que:

[...] nos limites do ideário liberal-moderado, o *Mentor das Brasileiras* interagiu com um grupo de mulheres abastadas e de alguma instrução e

letramento. Essa relação, mesmo com elementos de idealização, representou, no âmbito do gênero feminino, a interação entre a elite liberal e a peculiar sociedade mineira.²⁰

Pedagogia feminina

Para *O Mentor*, as mulheres constituíam a “preciosa parte da raça humana, onde se encontram as graças, o espírito, a vivacidade e a delicadesa”.²¹ Nesse sentido, enfatizava a importância de se mudar a visão de que os homens possuíam suas “Senhoras” – a de mero “instrumento lubrico de seus prazeres secretos”²² – para o bem da família e da nação. Essa valorização da mulher não visava sua “emancipação”, mas apenas reafirmava a atuação feminina no âmbito privado, enquanto mãe e esposa de um cidadão. Nas páginas do jornal é inquestionável a distinção, entendida como algo “natural”, dos espaços e funções destinados aos dois sexos. É o que percebemos no texto da professora Jacinta C. Meirelles transcrito no jornal:

Se na ordem social, a mulher não representa papel algum aparente, se a administração das transações particulares, os empregos e funções públicas, a segurança e direitos dos cidadãos: em fim se a defesa e os mais elevados interesses da Pátria são confiados a sagacidade, luzes, e coragem do homem [...] As suas obrigações reduzem se especialmente a vigiar na educação de seus filhos, e no governo doméstico, a ajudar seus maridos [...] a concorrer para o bem da família por sua terna solicitude, bom senso, razão, paciência, coragem, em fim por huma conducta judiciousa, e adhesão sem limites.²³

Acreditando que o Brasil jamais estaria entre as “nações civilizadas” se as mulheres permanecessem desprezadas e na escuridão da ignorância, o jornal defendia a

instrução do sexo feminino, como bem demonstra a epígrafe – *Rendez-vous estimables pour votre sagesse, et vous moeurs*²⁴ – e o prospecto do jornal:

As senhoras pelos deveres, que lhes são inerentes fazem o fundamento principal da sociedade humana, e por isso são dignas de uma instrução mais sólida, e capaz de promover o bem geral de huma Nação. He pois para dar maior expansão ao gênio, que tanto se desenvolve nesta alma da sociedade [...] que tomamos a árdua, mas interessante tarefa de redigir esta folha, dedicada somente às estudiosas Brasileiras, que algum dia serão collocadas à par, e talvez acima das heroínas tão celebradas nas outras Nações civilizadas.²⁵

Em suas páginas encontramos a constante preocupação de alertar seus leitores e leitoras sobre a importância da educação na regeneração da sociedade. Segundo *O Mentor*, “a negligência da educação foi sempre huma origem fecunda de terríveis males tanto domesticos como publicos”.²⁶ Na luta contra esses “males” provenientes da ignorância, homens e mulheres deveriam – em nome do seu próprio bem e o da sociedade – ser alvos de uma educação calcada na razão, na busca por transformá-los em indivíduos “melhores” e “mais úteis”.²⁷

Na tentativa de instaurar a educação ideal para as “Brasileiras”, o jornal defendia a atuação tanto da família quanto das escolas públicas. Na primeira, os genitores, principalmente a mãe, deveriam estar atentos às armadilhas que uma educação inadequada poderia trazer a suas filhas. Dessa forma, foram elencados alguns “defeitos ordinários” da educação das “Jovens Brasileiras”: a ociosidade, leitura de novelas sem orientação, conhecimento restrito aos afazeres domésticos e casamentos arranjados.²⁸ O “exemplo” foi citado como um meio eficaz para fazer florescer nas almas das incautas jovens os

bons costumes: a presença de uma “mãe prudente” e de preceptores de moral inabalável tornava-se indispensável.²⁹ Ao pai também foi destinada uma parcela de contribuição: cabia-lhe “inspirar” em suas filhas a “polidez”, além de fazer coexistir “os passatempos com os bons costumes”.³⁰

Já a aprendizagem feminina nas escolas públicas visava “dessairar os erros introduzidos em seus espíritos ainda débeis”³¹ e fortalecer as “idéas verdadeiras, longe dos prejuízos que muitos domésticos costumam insinuar nas jovens filhas”.³² De forma geral, a educação deveria ser ministrada às mulheres para protegê-las dos perigos representados pela imprudência, futilidade, caprichos, indecência e prazeres torpes. Ademais, uma senhora polida traria “hum certo freio de decência que reprime a grosseria e soltura natural do sexo varonil” e o “bom tom” tão necessário para uma sociedade que se pretendia civilizada.³³ Nesse processo, o sexo feminino torna-se fundamental em função de seus deveres de mãe e educadora.³⁴

[...] quem poderá duvidar que o Sexo mimoso he o primeiro influente do carater Nacional, e o movel principal da gloria e felicidade das nações? Os homens nunca forão nem poderão ser outra cousa senão precisamente aquilo que as mulheres quizerem que elles sejam, ou lhe será necessário vencer a Natureza.³⁵

Ideais de beleza e civismo

Embora as virtudes do espírito fossem o primeiro alvo a ser alcançado pelas mulheres da época, o periódico também agradava suas leitoras com algumas “dicas” sobre como manter a beleza física. Nesse sentido, a ausência de informações sobre modas e “enfeites” seria um “crime” contra a “Deosa Caprichosa”.³⁶ O ideal de beleza defendido pelo jornal compreendia trinta qualidades:

Três cousas brancas: a pele, os dentes, e as mãos.
Três pretas: os olhos, as pestanas,
e as sobranceiras.
Três vermelhas: os beiços, as faces, e as unhas.
Três longas: o corpo, as mãos, e os cabellos.
Três curtas: os dentes, as orelhas, e os pes.
Três largas: o peito, a testa, e as palpebras dos olhos.
Três estreitas: a boca, a cintura, e a planta do pe.
Três grossas: os braços, as nadegas,
e a barriga das pernas.
Três finas: os dedos, os cabellos, e os beiços.
Três pequenas: os seios, o nariz, e a cabeça.³⁷

Todo cuidado com o asseio e com a moda, sempre condizente com os bons costumes, deveria ser observado pelas “Senhoras”. Era preciso que a vaidade e a virtude caminhassem juntas:

Em as Senhoras, a limpeza mais estremosa, e prudente cuidado do traje, e de ornato, sao virtudes, huma vez que ellas assim conservão a saude, e formosura, agradão aos olhos da familia, e do esposo, fazem o encanto de sua casa, e neste asseio exterior, offerecem huma imagem da puresa de sua alma. Ellas pois devem hum tributo moderado às modas [...].³⁸

O *Mentor* também lançou mão de outras temáticas que a seu ver auxiliariam na ilustração das mulheres. Nesse sentido, a política, os negócios públicos ocupavam boa parte de cada exemplar do jornal, e sua presença era defendida por ser o sexo feminino “bem capaz de conceber idéas sublimes, e de dar hum realce nao pequeno à marcha, e bom andamento do Systema de Governo”.³⁹ Os temas abordados foram os mais variados, como os malefícios de um governo despótico; a importância de uma constituição e da liberdade; o enaltecimento do dia da Independência do Brasil; o papel do monarca nos negócios públicos; a necessidade de um novo código civil e criminal...

Os artigos voltados para a política visavam instruir as mulheres nos verdadeiros valores morais e cívicos para o bem da família e da pátria, afastando-as dos perigos do despotismo e iniciando-as no ideário liberal.

[...] o sexo feminino sempre teve a maior influencia nos governos, e sempre ha de te-la, a nosso ver, porque raras vezes os homens tem a força de resistir às seduccões; fallemos claro: raros são os stoicos; he por isso necessario que a educação das mulheres seja attendida com o maior desvelo: A dança, a musica, etc, são cousas mui boas, mas não he esta a educação de que entendemos faltar, he da educação moral, e civica. He das Mães que os homens recebem as primeiras impressoes, talvez mais duráveis do que quaisquer outras. Importa entao grandemente que sejam boas, que huma mãe possa ensinar ao seo menino a ser de bem, e para faze-lo, he necessario que ella mesma seja também, que aprecie a virtude, nao as frioleiras, não o interesse, que ame a sua Patria, as instituições liberaes, o bem da sociedade.⁴⁰

Como ressalta Wlamir Silva,

O *Mentor* difundia a civilização nos moldes liberais, por meio da instrução, com os limites e contradições, das quais não escapam as matrizes européias, como a exclusão de escravos e pobres e um conceito de povo assentado na propriedade e riqueza. [...] Nesse diapasão seguia o *Mentor*, associando o combate ao despotismo à estabilidade do corpo social, e a educação do belo sexo.⁴¹

Construção da memória

Outra dimensão dessa pedagogia cívica proposta por *O Mentor* foi a publicação, entre os números três e 129 do periódico (último número publicado), de uma seção

intitulada “Parte Histórica”, que objetivava divulgar uma narrativa histórica do Brasil. Os objetivos dos redatores foram explicitados desde o início da publicação da seção:

Como no Prospecto de nossa folha nos compromettemos a dar alguns extractos da historia moderna, cumprimos a palavra principiando pela do Brasil nossa adorada Pátria. Desde já advertimos as nossas amaveis leitoras, que não nos fazemos cargo de longas narrações, ou factos minuciosos; [...] lançaremos rapidamente os olhos sobre as paginas mais interessantes da história do Brasil.⁴²

Muito próxima de outras narrativas históricas escritas no século XIX, a história do Brasil publicada no *O Mentor* em sua essência muito se aproximava de uma crônica. Não há a preocupação em estabelecer explicações causais entre os acontecimentos, sendo apenas descritos os fatos considerados mais importantes para compor a narrativa.⁴³

A publicação de uma narrativa da história do Brasil no jornal pode ser entendida como estratégia pedagógica utilizada pelos seus redatores para atingir dois fins: inserir as “Senhoras Brasileiras” nos valores cívicos, sobretudo no amor à pátria (forjada sob os auspícios da civilização); e auxiliar no processo de construção de uma identidade nacional por meio de um passado unificado e povoado de fatos e personalidades memoráveis.

A história do Brasil no *O Mentor* é iniciada com a “descoberta” do nosso território pelos portugueses como fruto de um acaso gerado por uma providencial “tempestade”, passando em seguida para outros aspectos, tais como: idéias de exuberância natural e abundância do território; a presença e atuação dos missionários jesuítas (consideradas de fundamental importância para o processo civilizacional); o cotidiano dos colonos portugueses (número de habitantes, plantações, comércio, alimentação...); a realidade rude

e cheia de perigos da “Nova Terra” (insetos, animais peçonhentos, epidemias e fome); a luta dos portugueses contra outros conquistadores, em especial os franceses; e a condição de vida dos indígenas (os costumes, a linguagem, tipos de habitação e organização social).

Entre as personalidades destacadas no processo de constituição do Brasil emerge a figura da índia Paraguaçu, esposa de Caramuru e, posteriormente, conhecida como Catarina Álvares. De acordo com Íris Kantor, a trajetória desse casal constituiu-se em um dos mais conhecidos mitos fundadores de nossa história e nacionalidade. O enlace matrimonial dessas duas figuras históricas fortaleceu a identificação positiva das “origens miscigenadas dos primeiros clãs colonizadores”⁴⁴ do Brasil e a idéia de soberania lusa no processo de colonização, representado nesse caso pelo casamento interétnico e pela vassalagem política sustentada pela indígena.⁴⁵

Ao destacar a figura de Paraguaçu, a narrativa histórica publicada n’O *Mentor* buscava identificar exemplos femininos memoráveis. Se, em um primeiro momento, sua presença fica restrita à celebração do domínio português (é civilizada e civiliza os seus), essa mulher vai aos poucos assumindo sua feição de heroína, transformando-se em um exemplo feminino de coragem e determinação em nome de seu amor pelo marido: sob os “raivosos clamores de Paraguaçu”,⁴⁶ os índios tupis e tamoiós conseguiram heroicamente salvar Diogo Álvares do jugo do donatário Francisco Pereira Coutinho, considerado, na narrativa, um homem “caprichoso” e “despótico”.⁴⁷

Com a suspensão do jornal no mês de julho de 1832, alegada por motivos de saúde do redator, não podemos descobrir o ponto final da história do Brasil difundida pelo *Mentor*. Em seu último número, a narrativa foi interrompida com o episódio incompleto da luta travada entre os franceses e o mestiço Jerônimo de Albuquerque para determinar a posse e o controle do Maranhão.

Por meio do periódico *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), da Vila de São João del-Rei, buscou-se compreender como os homens letrados da província mineira construíram representações referentes às mulheres, passíveis de se transformarem em parâmetros para o estabelecimento de um “ideal” feminino. Atribuiu-se à mulher o papel de mãe e esposa do cidadão, a rainha absoluta do reduto familiar. Enquanto no espaço privado ela deveria estar atenta em seus desvelos com os filhos e com o marido, além de administrar as tarefas domésticas; no espaço público sua atuação resumir-se-ia a comportar-se polidamente, sendo símbolo da mulher virtuosa e ilustrada.

Por meio das páginas do jornal, além de divulgar os valores e práticas políticas liberais, desenvolveu-se uma pedagogia cívica preocupada com a formação dos futuros cidadãos que, desde a tenra idade, deveriam estar em contato com a excelência moral e a boa instrução para a construção de uma nação civilizada.

Notas |

1. CUNHA, Alexandre Mendes da. A evolução urbana de São João del-Rei. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; ARAÚJO, Maria Marta (Org.). *São João del-Rei, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. p. 25.
2. BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p. 96.
3. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Fragmentos de memórias: impressões sobre São João del-Rei. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; ARAÚJO, Maria Marta (Org.). *São João del-Rei, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. p. 51.
4. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, v. 4, p. 815-842, 1899.
5. CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 19-20.
6. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 205.
7. MOREL. *As transformações dos espaços públicos...*, p. 204.
8. VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 3, p. 119-249, jan.-mar.

1898; MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

9. MOREIRA. *Imprensa e política...*, p. 90.

10. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *A palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17.

11. BNRJ. *Compilador Mineiro*. Ouro Preto, n. 12, 07/11/1823, p. 46.

12. BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Bessone da C. (Org.). *Imprensa e história: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 83.

13. BUITONI, Dulcília Helena. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986. p. 37-38.

14. DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: AUAD, Sylvia V. A. Venturoli (Org.). *Mulher – cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica/CRE-MG, 1999. p. 424-426, 429.

15. BUITONI. *Imprensa feminina...*, p. 39.

16. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

17. Além de negociante, Baptista Caetano foi advogado, vereador da Câmara Municipal de São João del-Rei e deputado pela província mineira (1830-1837). Ver: SILVA, Rodrigo Fialho da. *Por ser voz pública: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira; Vila de São João d’El Rei, 1827-1829*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Severino Sombra, Vassouras/RJ, 2006, p. 69-70; CALSAVARA, Eliane de Lourdes. *Entre o discurso e a prática: o ideário feminino na sociedade são-joanense (1829-1832)*. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em História de Minas, século XIX), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2005, p. 14.

18. JINZENJI, Mônica Yumi. *A instrução e educação das senhoras brasileiras do século XIX através do periódico O Mentor das Brasileiras*. Disponível em: <<http://www.sitemason.vanderbilt.edu/files/foUXAY/Jinzenji.doc>>.

19. BASILE, Marcello. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 596-597.

20. SILVA, Wlamir. “Amáveis Patrícias”: O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal em Minas Gerais (1829-1832). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24., *Anais...* São Leopoldo: Anpuh-Nacional, 2007. p. 7. [CD-ROM]

21. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

22. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

23. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 30, 23/06/1830.

24. Tradução: “Tomem-se estimáveis por vossa sabedoria, e vossos costumes.”

25. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

26. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 94, 30/09/1831.

27. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 56, 24/12/1829.

28. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 2, 07/12/1829.

29. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 15, 12/03/1830.

30. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 33, 14/07/1830.

31. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 15, 12/03/1830.

32. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 15, 12/03/1830.

33. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 51, 19/11/1830.

34. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 67, 18/03/1831.

35. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 44, 01/10/1830.

36. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

37. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 10, 10/01/1830.

38. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

39. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 1, 30/11/1829.

40. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 3, 14/12/1829.

41. SILVA, Wlamir. “Amáveis Patrícias”..., p. 1-2.

42. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 3, 14/12/1829.

43. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53.

44. KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. p. 220.

45. KANTOR. *Esquecidos e renascidos...*, p. 221.

46. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 8, 18/01/1830.

47. *O Mentor das Brasileiras*. São João del-Rei, n. 8, 18/01/1830.

Alexandre Mansur Barata é professor do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em 2002, doutorou-se em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sendo autor dos livros *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*, CMU-Edunicamp, e *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, Annablume/Ed.UFJF. É pesquisador colaborador do CEO-Pronex/CNPq-Faperj, projeto *Dimensões da cidadania no século XIX*.

Gisele Ambrósio Gomes é bacharel e licenciada em História pela UFJF. Atualmente, é mestrandista do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade, desenvolvendo pesquisa sobre a imprensa feminina na primeira metade do século XIX.